

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

CPMI pós-arcabouço

Sem um acordo fechado sobre o presidente e o relator da CPMI do 8 de janeiro, os líderes do governo trabalham para adiar a instalação desse colegiado. A ideia é evitar que as rusgas com esses cargos estraguem o clima de trégua que reina nas duas Casas para aprovação do arcabouço fiscal.

Todos querem o controle

Inicialmente, a Câmara ficaria com a presidência da CPMI e o Senado, com a relatoria. Ocorre que os senadores também querem o comando da investigação. Logo, vai ter briga e pode contaminar a votação do marco fiscal.

Ordem dos fatores

O governo não gostou nada de ver o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitir um parecer sobre as pesquisas de petróleo na costa do Amapá, antes de pedir mais detalhes à Petrobras. Deveria ter feito isso primeiro e discutido, internamente, junto com a empresa e o governo como um todo. Agora, sob tensão, vão tentar buscar uma conciliação via Advocacia Geral da União (AGU).

A preocupação de Lisboa

Secretário de Política Econômica no governo Lula 1, o presidente do Insuper, o economista Marcos Lisboa, deixou os parlamentares preocupados durante palestra na Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Ele disse que, diante das regras de aumento do salário mínimo, de reajuste salariais do funcionalismo e indexação das despesas de saúde e educação, fica difícil o marco fiscal funcionar sem aumento da carga tributária. Falou em R\$ 150 bilhões/ano.

Onde mora o perigo

Num almoço de parlamentares, o líder do União Brasil, Efraim Moraes (PB), admitiu ter dificuldade em votar a favor do arcabouço fiscal porque os petistas na base dizem que, quem votasse pela aprovação, seria contra os investimentos em várias áreas. Na Câmara, setores do PT passaram a tarde redigindo uma declaração de voto, favorável ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao texto, mas com críticas à proposta. Moral da história: os petistas foram a favor, mas não abraçaram totalmente a causa das regras fiscais. Se continuar nesse ritmo, de apoiar mais ou menos os projetos do próprio governo, vai ser difícil convencer os partidos de centro a ajudar a gestão de Lula.



Sobrou para Celina

Pré-candidata a governadora do Distrito Federal e uma das principais aliadas de Arthur Lira (PP-AL), a vice-governadora Celina Leão não conseguiu demover seu companheiro de partido Claudio Cajado (PP-BA) de retirar o Fundo Constitucional do DF das regras do arcabouço fiscal. Os deputados acreditam que, depois dos servidores que ficarão sem reajuste, ela será a principal vítima, em caso de a bancada do DF não conseguir reverter a proposta do relator para o GDF. Este era, ontem, um dos principais pontos de desacordo sobre o marco fiscal.

CURTIDAS

Déjà vu I/ No cafezinho do Senado, eis que o senador Omar Aziz (PSD-AM, **foto**) pergunta para o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA): “E aí? Já demitiram a Marina?” Diante do sorriso do líder, que estava em outra mesa, Aziz continuou: “Da primeira vez, ela saiu, mas não houve um desgaste tão grande. Mas, agora, vai criar uma bolha com ferida no pé do Lula”.



Déjà vu II/ Senadores aliados e de oposição que estavam por ali não conseguiam entender por que Lula insistiu em ter Marina no ministério. Agora, tende a um novo desgaste.

Mais um fora da CPMI/ Depois da desistência do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) em participar da CPMI do 8 de janeiro — notícia publicada pela coluna —, quem tomou a mesma decisão foi Omar Aziz, que presidiu a CPI da Covid. Ele considera que esse novo colegiado não pode ser comparado àquele que investigou as ações do Ministério da Saúde durante a pandemia. “Lá, havia negacionismo. Desta vez, já há muita coisa investigada e promete virar uma guerra. Não tenho vontade de participar disso”, disse à coluna.

Por falar em Senado.../ Perguntado para qual partido iria, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (AP), desconversou: “No momento, vou só ali conversar com o Jaques Wagner (PT-BA) e o senador Otto Alencar (PSD-BA)”. Ele saiu da Rede Solidariedade, há alguns dias, por discordar da posição contra a exploração de petróleo no Amapá.

CONGRESSO

CPI tem bate-boca e suco de uva

Deu a lógica na primeira sessão da comissão sobre o MST: troca de ataques entre base e oposição. Mas teve espaço para um gesto gentil

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL FELICE

Aconteceu o que era esperado na primeira sessão, ontem, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Movimento dos Sem-Terra (MST): tornou-se um festival de bate-bocas entre deputados governistas e da oposição. Com a sala de audiências lotada, teve tapa na mesa, gritaria, distribuição de produtos agrícolas de origem nos assentamentos do MST e trocas de acusações.

Oroteiro apresentado pelo relator da CPI, Ricardo Salles (PL-SP), causou polêmica logo no início da sessão. Deputados governistas afirmaram que o ex-ministro de Jair Bolsonaro estava criminalizando o movimento antes mesmo do início dos trabalhos — a programação incluí os primeiros 120 dias da CPI. Foi a senha para o clima esquentar.

O pontapé na troca de ofensas foi dado pelo deputado bolsonarista Delegado Eder Mauro (PL-PA), que definiu os integrantes do MST como “bandidos” e “marginais”. Os governistas retrucaram. Sâmia Bomfim (PSol-SP) disse que “marginal é defensor de torturador”, em referência à posição de bolsonaristas e do próprio ex-presidente. Valmir Assunção (PT-BA) deu um tapa na mesa para responder a Eder Mauro. “Não sou marginal, não vou admitir. Sou deputado também e não vou assumir que me chamem de marginal”, bradou.

A deputada federal Caroline de Toni (PL-SC) chegou a criticar um grupo de estudantes que assistia à sessão, e que dava apoio ao MST. “Não estou criticando vocês, vocês também são vítimas de uma doutrinação que está sendo praticada dentro das

Lula Marques/Agência Brasil



Sâmia (D) foi uma das deputadas mais combativas do governo. Não se furtou a fustigar até mesmo o presidente da comissão, que está na mira da PF

escolas”, disse. A afirmação foi recebida com vaias por parte da audiência. Ainda ao discursar, a parlamentar também criticou os deputados governistas, que usariam “bolsas da Louis Vuitton”, mas não doariam seus recursos aos mais pobres.

Microfone cortado

O presidente da CPI, Tenente-coronel Zucco, também foi alvo da provocação dos governistas. Sâmia Bomfim lembrou que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que a Polícia Federal (PF) retome as

investigações contra Zucco por incentivar atos antidemocráticos — durante o mandato como deputado estadual, ele foi apontado pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul como suspeito de ter incentivado um ato golpista em frente ao Comando Militar do Sul. Segundo a investigação, Zucco teria estimulado a população a participar do ato.

Ao questionar o presidente da CPI, Sâmia teve o microfone cortado. Zucco respondeu que não aceitaria questões “pessoais” ou fora do tema da CPI, como foi acatado em questão de ordem do deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP). “Isso não será assunto aqui”, frisou.

Zucco explicou, brevemente, que a postagem que motivou a investigação de que é alvo da PF é de outubro de 2022. Argumentou, ainda, que não teria incentivado atos como os ataques terroristas de 8 de janeiro, em Brasília. Em nota sobre a decisão do ministro, o deputado se disse tranquilo em relação à investigação e afirmou que sua assessoria jurídica está disponível para esclarecimentos.

Sâmia, por sua vez, criticou a decisão de Zucco de interromper-lhe a fala e ressaltou que não fez ataques pessoais ao presidente da CPI. Citando notícias sobre a decisão de Moraes, a

parlamentar argumentou que a questão “é pública, qualquer pessoa pode ver”.

Mas nem tudo foi tensão e agressões verbais na sessão da CPI. Logo no começo dos trabalhos, a deputada Camila Jara (PT-MS) serviu a Ricardo Salles, e a outros parlamentares, suco de uva produzido em um dos assentamentos do MST — para mostrar que as terras ocupadas por integrantes do movimento são capazes de oferecer gêneros alimentícios de qualidade. Salles provou o suco, admitiu que era muito bom, mas disse que não mudaria a linha de trabalho que adotará.

Comissão ouve cartola e MP

A CPI que investiga as apostas no futebol aprovou, ontem, três requerimentos de convite para dar o pontapé inicial nas investigações. Os primeiros a serem ouvidos serão o presidente do Vila Nova, Hugo Bravo, e os promotores do Ministério Público de Goiás (MP-GO) Cyro Terra Peres e Fernando Cesconetto.

O cartola do clube goiano foi responsável por denunciar ao MP-GO a manipulação de resultados para favorecer financeiramente apostadores. Já os promotores estão à frente da Operação Penalidade Máxima, desfechada após a denúncia de Bravo.

Na reunião, o presidente, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), e o vice, André Figueiredo (PDT-CE), afirmaram que o objetivo é encontrar não apenas aliciadores e jogadores envolvidos, mas também financiadores dos esquemas. Os membros da CPI avaliam requerer ao Ministério Público o compartilhamento dos documentos colhidos pela Penalidade Máxima.

Foram protocolados 122 requerimentos, inclusive ouvir jogadores citados nas investigações — como Eduardo Bauermann, Nino Paraíba, Victor Ramos. A CPI também quer ouvir os presidentes de grandes clubes, como Flamengo, Palmeiras, Fluminense, São Paulo, Corinthians, Santos e Botafogo.

Os ministros Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) e Ana Moser (Esportes) também foram chamados e há requerimentos para ouvir o presidente da CBF, Ednaldo Pereira, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. (RF)